

Barreira contra o “Inferno”: a construção política da memória do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno em Fernando Mendonça

Poliana Cláudia Martins da Silva Dantas

Graduando em História Licenciatura Plena – UFRN.

Cláudio Correia de Oliveira Neto

Graduando em História Licenciatura Plena – UFRN. Técnico de Nível Médio Integrado em Controle Ambiental-IFRN

Resumo:

O registro voluntário da memória em grande medida serve para a produção do passado e controle do presente. A construção discursiva da “história” por meio da memória está intrinsecamente ligada a interesses políticos historicamente delimitados. A memória oficial de instituições públicas e privadas é um claro exemplo do uso político da memória. Esse artigo pretende violar a memória que o livro “Barreira do Inferno” do Capitão Fernando Mendonça constrói fazendo-o mostrar como se deu a sua construção. Lançar o discurso do “Barreira do Inferno” em seu contexto histórico para fazer ver como interesses políticos historicamente delimitados registram voluntariamente a memória para produzir passado e consolidar e reafirmar identidades do presente é o grande objetivo.

PALAVRAS-CHAVES: MEMÓRIA, CONSTRUÇÃO POLÍTICA, CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO.

“Quando construirmos, lembremo-nos de fazê-lo para sempre”

Na parede da lateral direita da Divisão de Apoio e Infraestrutura, Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), uma mensagem escrita exalta as obras do *ad infinitum et ultra*. Há um esforço singular do Centro de Lançamento por meio da construção de sua Memória Coletiva de alcançar o para sempre. Perpetuar a Memória como sendo sua História.

Como parte da memória do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno e um pilar dessa memória temos o livro “*Barreira do Inferno*” do Capitão Fernando de Mendonça. Uma transcrição do discurso feito pelo Capitão em palestra proferida em Natal no ano de 1964, que curiosamente é reimpressa em 1995 nas comemorações de 30 anos do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno.

O livro do Capitão Fernando de Mendonça é a tentativa mais significativa de luta contra o esquecimento e a serviço da construção de uma identidade institucional, a primeira de muitas. A obra de Mendonça possui por finalidade possibilitar um registro pretensamente “puro”, transcrever o passado tal qual ocorreu.

O registro voluntário dessa memória em grande medida serve para a produção do passado e controle do presente. A construção discursiva da “história” por meio da

memória está intrinsecamente ligada a interesses políticos historicamente delimitados. A memória oficial de instituições públicas e privadas é um claro exemplo do uso político da memória.

O discurso do doutor Mendonça, como referido no próprio documento, não é só a construção discursiva do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, mas também da própria ideia de desenvolvimentismo e uma amostra clara das influências da Guerra Fria no estado do Rio Grande do Norte.

Organizando a memória

Antes de prosseguir é necessário discutir um pouco acerca da memória voluntária para que possamos compreender a obra de Mendonça e resignificá-la na contemporaneidade. O nosso primeiro passo é compreendermos que a memória não é um acesso direto ao passado, é antes de qualquer coisa um esforço para recompor o passado. O esforço empreendido na recomposição é realizado no presente, e atende a uma determinada demanda do mesmo. A evocação da memória tem o dever de suprir ou suprimir em alguns casos carência do tempo presente.

A memória voluntária que denominaremos agora de lembrança é a organização da experiência vivenciada. A experiência a ser organizada estabelece fronteiras entre o que foi e o que é e a relação entre o tempo passado e o tempo presente; estabelecesse também a representação do passado ao qual os grupos sociais do presente recorrem quando é preciso. Este nível da memória não conserva em si o “passado puro”, visto que ele é produzido, é um ponto de vista sobre o passado.

A maneira como a memória é organizada produz um determinado efeito no seu uso. Elas são organizadas de acordo com o interesse político. A memória coletiva sofre um registro voluntário por ser capaz de gerar critérios de alteridade e uma construção discursiva sobre o eu, o nós e os outros. É a propriedade de conservar certas informações que nos permite a autoafirmação e reconhecimento dos pares. Sendo a memória coletiva um instrumento e objeto de poder, servindo tanto para libertar como para prender. Em grande medida a memória é um estandarte de poder, um controle do presente sobre o passado.

O livro do Capitão Fernando de Mendonça, na luta contra o esquecimento, organiza a memória voluntariamente. A ordem da memória que a obra trás possui uma intencionalidade e produz um efeito e uma identidade no presente. Esse artigo pretende verificar como a memória presente no livro “Barreira do Inferno” do Capitão Fernando de Mendonça é organizada. Lançar o discurso do “Barreira do Inferno” em seu contexto

histórico para fazer ver como interesses políticos historicamente delimitados registram voluntariamente a memória para produzir passado e consolidar e reafirmar identidades do presente .

Estudaremos o livro por partes e a função dessa parte para a organização e construção da memória. A primeira é uma análise do discurso da apresentação feita por Hélio Galvão. Em seguida temos a discursão sobre como o livro apresenta o seu autor. Verificaremos o discurso transcrito da palestra proferida pelo Capitão Mendonça. Por ultimo a coletânea de reportagens do jornal *O Globo* que compõem uma parte final do livro.

A Muralha

Qual o propósito de uma barreira? Não se faz uma barreira senão com o proposito de impedir o trafego de alguma pessoa, coisa e até mesmo ideias. Assim sendo o que ou a quem se pretende barrar? A apresentação da obra em análise nesse artigo parece ser capaz de solucionar o mistério.

Hélio Mamede de Freitas Galvão era advogado, escritor e membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e historiador. Seu currículo o torna uma figura de autoridade no cenário intelectual do estado no período em questão. Ele é um legitimador do caráter histórico da memória cristalizada em *“Barreira do Inferno”*.

O aspecto mítico do nome do lugar, que Galvão adjetivou de “obscuro “ e “do qual antes nunca se havia falado”, o atrai. O apavorante topônimo, assim como um abismo, merece uma olhada mais de perto. Atentando ao “conteúdo semântico da expressão” ele revela o porquê de uma barreira, o que deve ser impedido.

“ [...] se melhor se atenta no conteúdo semântico da expressão, talvez pudesse significar que nas proximidades de Natal se havia erguido uma barreira, uma muralha contra o inferno, isto é ,contra as forças que opõem ao progresso democrático, á paz que é fonte de Justiça” MENDONÇA, 1964.

Embora tenha feito uso do misticismo em seu texto, fica claro com a citação acima que o inferno é de outra natureza, é do campo do político. Evidentemente que antes de achar a *“paz que é fonte de Justiça”* muitas batalhas ainda seriam travadas. Mas a política também tem suas forças ocultas, ou no caso, ocultadas e diluídas em uma demonizada esquerda flamejante. A ideia proposta é que a muralha quando erguida tanto afasta do inferno quanto leva ao paraíso do “progresso democrático”.

“Quem é quem”: construindo a autoridade de fala do Capitão

Após a apresentação do livro, que foi analisada no tópico anterior, há uma seção intitulada de “Quem é Quem”, que se dedica a apresentar o capitão ao público leitor. Ela não é resultado de uma mera preocupação didática para maior compreensão do livro, é acima de tudo um recurso para construir e legitimar a autoridade de Mendonça. Isso é percebido simplesmente pelo fato de que sem nenhuma cerimônia, o livro lança mão de um vasto rol de credenciais do autor, no decorrer de sete páginas que introduz a obra, construindo e legitimando a autoridade de fala para o discurso que vem a seguir.

As páginas da seção descrevem minuciosamente a trajetória acadêmica de Mendonça. A descrição começa a partir da instrução até ao nível do complementar de Engenharia (1942) no Liceu do Ceará passando pelo doutorado na Universidade de Stanford em rádio-ciência, lá obteve por causa de sua tese menção honrosa. A descrição continua até o cargo de diretor científico na Comissão Nacional de Atividades Espaciais, com os encargos de formação de um grupo brasileiro de pesquisadores em física espacial e o recrutamento de cientistas latino-americanos para a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço (NASA), instituição onde realizou os trabalhos experimentais do curso de doutoramento.

Não satisfeitos com a lista da carreira acadêmica, exibem em ordem cronológica todos os artigos publicados em periódicos estrangeiros e relatórios desde 1958 até julho de 1964, mês que proferiu a palestra que originou o livro. Não satisfeito com a competência que tanto o currículo quanto a lista de publicações mostram, uma nova lista é posta ao leitor, a de conferências que participou.

A trajetória acadêmica dá autoridade de fala de quem estuda o setor espacial, os artigos e relatórios reforçam o poder de quem produz conhecimento e as conferências dão legitimidade de formador de opinião.

A memória se organiza com o aval de um historiador e é transmitido por um testemunho vivo e atuante na história do setor espacial do Brasil. Começa a ter contorno o processo de construção da lembrança e da representação do passado que eles desejam.

A palestra: “certamente as gerações vindouras iram lamentar a nossa omissão ”

Com o testemunho legitimado pelo historiador Hélio Galvão e a autoridade que o seu currículo lhe dão inicia-se o texto da palestra de fundação do CLBI. O discurso é uma defesa em prol da criação do Centro de Lançamento. Discurso alinhado com as ideias desenvolvimentistas da época e a proposta política do Brasil como país do futuro. O capitão expõe todas as barreiras que são: as condições sociais, financeiras, tecnológicas,

educacionais e de recursos humanos do país. Elas dificultam a realização do sonho de ingressar no seleto grupo das nações desenvolvidas no setor aeroespacial. Ainda assim ele afirma a necessidade do nosso país entrar na corrida espacial. Nas palavras do próprio capitão:

“ Com tudo isto que foi visto, com o vasto horizonte da nova era que se descortina, perguntamos: Seria justo que o Brasil ficasse à margem na marcha da fronteira? Certamente que as gerações vindouras iriam lamentar a nossa omissão e dificilmente poderíamos alcançar as outras nações devido ao tão celebre progresso da ciência e tecnologia. Mesmo tendo o Brasil problemas de escolas primárias, de transportes, de comunicações, de estrada e dezenas de outros problemas, somos de parecer que deveríamos ter um programa de pesquisas espaciais que, embora modesto, e condizente com a situação econômica do país, permita a nação não perder a oportunidade de viver e participar nesses novos e empolgantes empreendimentos da humanidade.” MENDONÇA, 1964.p.29.

A questão do Programa Espacial brasileiro é tomada como de soberania e característica de uma sociedade moderna que se deseja alcançar. Sobre isso o capitão nos fala:

“[...] É lógico que cada nação participa ou enceta programas espaciais dentro de suas possibilidades e realidades econômicas. Um fato, no entanto é indiscutível: nação algumas poderá ficar à margem no presente e ter esperanças de participar no primeiro plano da comunidade das nações evoluídas do povir. Países que não podem no presente dispendir vultuosas quantias em programas espaciais, têm pelo menos obrigação de formarem seletos grupos de cientistas e tecnólogos que possam no futuro determinar a conveniência ou não, da participação da nação em certos programas nacionais e internacionais, no campo de investigações espaciais. Não exageramos se dissermos que mesmas coisas que tem haver com a soberania nacional estarão em jogo”. MENDONÇA, 1964.p.16-17.

Além de propor um caminho para o Brasil como vemos na citação anterior ele discute também uma estratégia de longo prazo para superar as barreiras do momento:

“Eu lhes pergunto: seria lícito esperarmos que o nosso Brasil viesse a se tornar, neste século, um país com real projeção internacional sem possuir um número adequado de cientistas, e em particular, sem um programa espacial embora modesto? Uma nação moderna tem que, forçadamente, depender de suas universidades para progredir, e com isso quero dizer universidades de verdade e não meras fábricas de aulas e diplomas; universidades com cursos de pós-graduação permeadas por pesquisadores e alunos de alto nível. O Brasil precisa

urgente dar mais atenção à pesquisa científica, dedicar mais fundos a esses empreendimentos, formar maiores grupos de cientistas que possam dar continuidade e expansão, pelo menos aos trabalhos dos embriões já existentes.”
MENDONÇA, 1964.p.17.

O Contexto histórico do Brasil nesse período levou a pátria a optar por uma aliança com os Estados Unidos, a fim de dá início ao seu programa espacial. Infelizmente não é possível aprofundar no momento, pois requer uma maior explanação para entendermos a Era Espacial no Brasil e mais especificamente aqui no Rio Grande do Norte, ficando assim uma proposta para artigos vindouros.

Em outros contextos sócio-políticos ,na mesma temporalidade aqui discutida, outras escolhas são feitas. Tomemos como exemplo o caso da França. A criação da agência espacial francesa, *Centre National d'Etudes Spatiales* (CNES), só pode ser compreendida a partir do contexto político da França durante o início da Quinta República. A transição para a Quinta República é feita pelo General Charles Gaulle. O eixo principal da política internacional foi à busca pela independência nacional. A França se recusa a depender de outros países e/ou organização internacional para sua sobrevivência. Na tentativa de escapar da “servidão” militar a uma potência estrangeira (Estados Unidos, a União Soviética ou a Inglaterra) começou uma onda de investimentos nos setores estratégicos. Dentre esses setores estratégicos está justamente o setor aeroespacial com a criação de um Centro Nacional de Estudos Espaciais em 19 de dezembro de 1961.

A criação do CLBI como dito no início do artigo é entendido como uma estratégia política para alcançar o paraíso do “progresso democrático”. Essa ideia é explicitada na seguinte citação do capitão:

“[...]Talvez seja propício esclarecer que além das instalações de apoio aos lançamentos de foguetes-sonda, estar na fase de planejamento o estabelecimento de um laboratório ou centro de pesquisas que favorecerá a continuidade de trabalhos na “Barreira do Inferno”. A existência desse laboratório trará como consequência um grande numero de atividades que influenciarão o desenvolvimento científico e tecnológico do Nordeste e induzirão à participação de grupos universitários locais”. MENDONÇA, 1964.p.18-19.

O discurso da palestra e da memória do livro é construída para convencer e preservar a ideia de um desenvolvimento técnico-científico que levará há um avanço socioeconômico. Ele cristaliza o discurso do inflar o bolo para depois dividir. Cabe a nós questionar quem se beneficiou realmente do “progresso democrático” e como essa ideia

está sendo trabalhada nos dias de hoje. Podemos na atualidade perceber se as transformações propostas no discurso ocorreram e para, além disso, pensar o porquê do sucesso ou fracasso dessa proposta de Brasil que em grande medida aparece inalterado.

Barreira do Inferno na imprensa nacional

O título desse tópico é o nome da última seção do livro. Reuni três reportagens aonde o reporter acompanha os trabalhos de criação da Barreira do Inferno. O recurso da narrativa jornalística é usado para dá veracidade aos fatos, construindo uma narrativa do pioneirismo espacial no Brasil em terras potiguares.

Lembrar e esquecer: jogo da memória

O livro constrói um passado baseado em uma memória que em abundancia é uniforme, oficial e opera com representações da realidade que não “guarda” nada dela. Ela não é deslocada para produzir a multiplicidade. Não a confronto. Ela projeta um passado onde o Programa Espacial Brasileiro é tomado como a ação de um pequeno grupo de cientista do governo. O esquecimento que produz é que aqui mesmo em Natal uma Sociedade de Estudos Astronáuticos-SEA é formada por outros cientistas fora do eixo de Mendonça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A arte de inventar o passado-** Ensaios de teoria da História. Bauru:Edusc.2007

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História.** Rio de Janeiro:Forense.2002.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Origens do desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política** – Departamento de Economia da PUCSP, SP, Volume 15, n. 2 (26), pp. 225-256, 2004

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5 ed. São Paulo:Unicamp.2003

REIS, Livia. Testemunho como Construção da Memória. **Cadernos de Letras da Universidade Federal Fluminense** -. Dossiê: Letras e Direitos Humanos, n. 33, p. 77- 86, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: **Memória e (res) sentimento:** indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2001, p.37-58.